

Florestan Fernandes e Ditadura Militar no Brasil

Florestan Fernandes and the Military Dictatorship in Brazil

Névio de Campos¹

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Ponta Grossa, Paraná, 84.040-080, Brasil

Resumo: Este artigo tem o objetivo de explicitar as tomadas de posição de Florestan Fernandes em relação à transição da ditadura à democracia, privilegiando seu engajamento no interior do campo político, ao se filiar ao Partido dos Trabalhadores e se tornar deputado da Assembleia Nacional Constituinte. Apoiar-se nos seus escritos da década de 1980 e dialoga com a história intelectual e sociologia dos intelectuais para expor os argumentos desse personagem, ao problematizar o que chamou de “dialética venenosa e destrutiva da transição, nada de impedir a revolução democrática” e o que denominou de “a democratização do ensino público está na raiz da revolução democrática no Brasil”.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; ditadura militar no Brasil; revolução democrática; educação pública.

Abstract: This article aims to clarify Florestan Fernandes's positions in relation to the transition from dictatorship to democracy privileging his engagement within the political field when he became a member of the Worker's Party (in Brazil, PT, Partido dos Trabalhadores) and became a deputy in the National Constitutional Assembly. The text is supported on his writings from the 1980s and dialogues with the intellectual history and the intellectuals of the sociology to expose that character's arguments when questioning what he named the “poisonous and destructive transition dialectics, the democratic revolution cannot be stopped” and also what he called the “public education democratization is in the roots of the Brazilian democratic revolution”.

Keywords: Florestan Fernandes; military dictatorship in Brazil; democratic devolution; public education.

1. Introdução

Este artigo se inscreve no dossiê *O Golpe de 1964 e a Educação*, com o propósito de apresentar uma mirada a partir de Florestan Fernandes (1920-1995)². O objetivo é explicitar as

¹ Doutor em Educação (UFPR). Pós-Doutor em História (UFPR) e em Sociologia (EHSS-Paris). Professor no PPGH e PPGE na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisador Produtividade CNPq. Membro do Centro Europeu de Sociologia e de Ciência Política (CESSP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1850-316X>. E-mail: ndoutorado@yahoo.com.br.

² Nasceu em 22 de julho de 1920, na cidade de São Paulo. Em 1941, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo para cursar Ciências Sociais. Concluiu este curso em 1944 e no ano seguinte passou a ser professor assistente na Cadeira de Sociologia II, cujo catedrático era Fernando de Azevedo. Em 1953, fez concurso



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

tomadas de posição desse intelectual em relação à transição da ditadura à democracia, privilegiando suas intervenções depois dos anos 1980³. Enfatiza-se, por sua vez, a faceta da trajetória desse personagem, classificado como “jornalista político”, “militante partidário” e “militante solitário” (Soares, 1997; Cerqueira, 2004; Freitag, 2005), isto é, de forte engajamento e confrontação à propalada “transição lenta, gradual e segura”, mas sem pender às “[...] análises que vislumbram um Florestan Fernandes dividido em dois: o personagem do acadêmico rigoroso e o do militante partidário”, tal como adverte Ana Lucia Heckert (2005, p. 109).

Almeja-se, desse modo, reconstituir uma parte dos debates promovidos pelo sociólogo-político, a fim de fundamentar sua sentença “[...] nada de confundir a República democrática com uma ditadura oculta do capital e da burguesia (nacional e estrangeira)”, assim como indicar suas proposições para marchar em direção à “[...] uma República democrática com cheiro e sangue de Povo” (Fernandes, 1989, p. 62), além de seus posicionamentos em defesa da “[...] escola pública, gratuita e de alta qualidade” (Fernandes, 2020, p. 45).

A originalidade deste artigo está em duas frentes. Primeiro, pela escolha das fontes, isto é, os escritos de Florestan Fernandes do período da transição à democracia, notadamente aqueles distribuídos nas seguintes obras: 1) *A ditadura em questão* (1982); 2) *Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política* (2014); 3) *A constituição inacabada: vias históricas e significado político* (1989); 4) *O desafio educacional* (2020)⁴. A primeira obra reúne “[...] quatro ensaios que se voltam para uma temática comum. Trata-se de discutir o regime ditatorial vigente”

para livre-docência e tornou-se catedrático da Cadeira de Sociologia I, que até 1953 foi regida por Roger Bastide. Em abril de 1969, ele foi aposentado compulsoriamente pela Ditadura Militar. Entre 1969 e 1972, foi professor na Universidade de Toronto (Canadá). Depois de retornar ao Brasil, foi professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A partir dos anos 1980, atuou de maneira intensa como publicista na imprensa brasileira, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores no ano de 1986, candidatou-se e foi eleito deputado para Assembleia Constituinte (1987-1988). Em 1990, foi reeleito deputado federal. Faleceu em 10 de agosto de 1995, na cidade de São Paulo. Em língua portuguesa, sugere-se consultar: Soares (1997); Cerqueira (2004); Ianni (2011); Candido (2001); em língua inglesa, ver: Mota (2001); em francês, consultar: De Saint-Martin (1988).

³ Um aspecto importante se refere ao recorte temporal para definir transição, indo de 1974 (governo do ditador Ernesto Geisel) até 1988 (Constituição). Tiago Monteiro (2017) aponta que existiram diferentes fases desse processo: distensão (1974-1977), abertura (1979-1985), redemocratização (1985-1988). Neste recorte, os escritos e as intervenções de Florestan Fernandes utilizados neste artigo, inserem-se no contexto de transição. Ver também: Share; Mainwaring (1986a; 1986b).

⁴ Também são utilizadas neste texto: *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* ([1978] 2019); *Que tipo de República?* ([1986] 2007); *Nova República?* (1986); *A transição prolongada: o período pós-constitucional* (1990); *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo* ([1988] 2006), além de alguns dados do Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Sugere-se ver o Anexo II da tese de Duarcides Ferreira Mariosa (2007, p. 343-362), que traz uma listagem das obras de Florestan Fernandes.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

(Fernandes, 1982, p. 01). São textos oriundos de exposição em eventos nos anos de 1980 e 1981. “Os quatro ensaios avançam, diretamente, para o combate frontal à ditadura”, assinala Florestan Fernandes (1982, p. 02); no segundo livro “[...] os artigos reunidos referem-se ao intervalo entre sua candidatura, em 1986, e a aprovação do texto constitucional, em 1988” (Centro Sérgio Buarque de Holanda, 2014, p. 10); a terceira obra “[...] reúne escritos destinados, em sua maioria à *Folha de S. Paulo*, ao *Jornal do Brasil* ou pertencentes à CUT e ao PT” (Fernandes, 1989, p. 09), circunscrita ao período de junho de 1986 a outubro de 1988; o último, “[...] em suas duas partes, reúne um conjunto de 37 pequenos artigos, nos quais Florestan analisa os acontecimentos em curso no processo de ‘redemocratização’ pós-ditadura empresarial militar de 1964” (Frigotto, 2020, p. 12).

Segundo, pela perspectiva de análise que se inscreve na história intelectual e na sociologia dos intelectuais (Campos, 2022; 2015; Sapiro, 2024; 2018), cuja preocupação é tanto expor a posição ocupada (lugar social) quanto as tomadas de posição desse personagem. Esse movimento está inserido na trajetória de Florestan Fernandes, que vai do engajamento externo ao campo político (período de maior investimento na vida de professor e pesquisador, além de manifestos ou intervenção política – ação no plano ideológico ou simbólico – como, por exemplo, sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública no período anterior ao golpe de 64), ao engajamento no interior do campo político⁵.

2. “Dialética venenosa e destrutiva da transição [...] Nada de impedir a revolução democrática”

Adeus à transição foi o título dado por Florestan Fernandes ao texto que publicou no *Jornal do Brasil*, em 19 de outubro de 1987. Quase um ano após o início das atividades da Assembleia Nacional Constituinte, ele acusava um novo “golpe” em curso. O primeiro parágrafo do texto, organizado em quatro períodos, afirma o seguinte, já nas três primeiras linhas: “A conciliação que

⁵ Os debates em torno da trajetória intelectual de Florestan Fernandes são extensos e marcados por consensos, mas também por controvérsias, como mostra Lidianie Rodrigues (2006). Ver também Octavio Ianni (2011) e Antonio Candido (2001). Nas referências, constam indicações de obras que se aproximam da intencionalidade deste artigo. Para averiguar o estado do conhecimento deste personagem, reportamo-nos ao Apêndice A da tese de Mario Borges Netto (2016), em que apresenta o conjunto de teses e dissertações sobre Florestan Fernandes que vão de 1992 a 2012. Indica-se também ver Anexo I da tese de Duarcides Mariosa (2007, p. 307-341) que apresenta bibliografia sobre Florestan Fernandes de 1969 a 2006.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

levou ao colégio eleitoral consagrou a fórmula e o cronograma político-militar da ‘transição lenta, gradual e segura’, pela qual a ditadura impôs as condições de sua absorção à ‘Nova República’” (Fernandes, 1989, p. 157). As condições da transição estavam postas pelas elites políticas, portanto, os limites estabelecidos à tão propalada Nova República. Na sequência, diz Florestan Fernandes (1989, p. 157): “os militares marcham do comando ostensivo para a retaguarda do poder, preservando sua autonomia de decisão e sua capacidade de veto”. Essa denúncia guarda relação com um dos pontos do que chamou “Programa mínimo”, durante sua campanha eleitoral de 1986:

[...] é necessário restringir as atribuições das Forças Armadas à defesa da nação contra ameaças externas comprovadas, penalizar as tentativas de convertê-las em fonte última da autoridade real, extinguir as “leis de defesa do Estado” e ajustar o Conselho de Segurança Nacional às suas atribuições constitucionais (Fernandes, 2006, p. 162).

O tom de denúncia do texto de Florestan Fernandes pode ser ampliado a partir do artigo *Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha*⁶, escrito por Donald Share e Scott Mainwaring, no qual sustentam que no Brasil houve uma “transição por transação”. Uma característica inicial é que “as elites do regime autoritário controlam a maioria dos aspectos da transição” (Share; Mainwaring, 1986a, p. 209). Além disso, dizem que “com o tempo o controle do regime declina visivelmente, mas as elites autoritárias ainda mantêm uma capacidade maior para determinar os contornos gerais do processo político do que em outros tipos de transição” (Share; Mainwaring, 1986a, p. 209). Desse movimento, que vai de um forte controle a uma suposta flexibilização, decorre uma série de medidas como a regulação das pautas e do ritmo das reformas, predominando uma visão gradual, sem demasiada vinculação aos grupos mais radicais das “esquerdas”, nem demasiadamente próxima das frações autoritárias (chamadas linhas duras da ditadura militar).

Na avaliação de Share e Mainwaring (1986a, p. 210), “o caráter gradual da transição alimenta a percepção de que a ordem e a estabilidade estão intactas”. Essa observação diz respeito ao controle do processo de transição, isto é, da velocidade, do tempo, do modo de realização. Esse controle, por sua vez, implica na eleição dos principais interlocutores, assim como na exclusão daqueles considerados inapropriados ou indevidos para o sucesso do projeto em execução. De um lado, o

⁶ Versão em inglês, ver: Share; Mainwaring ((2019; 1986b).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

isolamento das frações radicais que integravam a própria ditadura militar no Brasil, isto é, aquelas que defendiam a manutenção do regime autoritário. De outro lado, a desconsideração dos grupos ligados aos movimentos populares, ou seja, os que poderiam almejar uma ruptura radical. Sobre esse aspecto, Share e Mainwaring (1986a, p. 210) afirmam que “tanto na Espanha como no Brasil a decisão de democratizar dependeu das garantias de exclusão da esquerda comunista”. Essa ação resulta na exclusão de temas candentes no processo de transição, como aqueles referentes ao domínio patrimonial (concentração de terras, desigualdade social, urbanização sem inclusão social, etc.). A tão conhecida anistia é expressão de uma transição negociada, pois “os líderes autoritários não iniciarão a democratização, a menos que lhes seja dada a garantia de que não serão perseguidos” (Share; Mainwaring, 1986a, p. 211).

Os posicionamentos de Florestan Fernandes podem ser expandidos em diálogo com a tese *Transições e trajetórias: um estudo comparativo das elites políticas nas transições políticas da Argentina, Brasil e Chile (1974-1990)*, escrita por Tiago Monteiro, na qual justifica o uso da “[...] noção de ‘Transição Outorgada’ porque não encontramos em nossa pesquisa indícios de negociações entre governo e oposição moderada, mas a imposição de um projeto oriundo de setores da elite dirigente ao conjunto da sociedade” (Monteiro, 2017, p. 2). Ele aprofunda isso:

[...] destacamos o conceito de Transição Outorgada, a qual teve origem na crítica do conceito de Transição Pactuada. Enquanto a última significa uma forma de mudança política baseada nos acordos entre o setor moderado da elite ditatorial e os grupos moderados da oposição liberal, compreendemos que Transição Outorgada diz respeito a uma estratégia de determinadas forças políticas de transformar a ditadura empresarial-militar vigente em uma nova forma política que pudesse ser considerada democrática pelas elites locais e estrangeiras, e que garantisse a manutenção da hegemonia das camadas sociais que tomaram o poder através dos golpes militares. As Transições Outorgadas foram baseadas na imposição de uma agenda de mudanças cujos objetivos não podem ser discutidos, mas existe a possibilidade de setores da oposição moderada participarem de tal processo desde que se subordinem às linhas-gerais impostas pelos representantes políticos do bloco no poder. Em troca de tal subordinação, determinadas demandas da oposição são integradas aos planos iniciais (Monteiro, 2017, p. 415).

Os escritos de Florestan Fernandes se aproximam dessa avaliação de Tiago Monteiro. No texto já referido, de 19 de outubro de 1987, ganha visibilidade a seguinte percepção:

A contradição mais grave surgia com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Sem que se forjassem uma dualidade de poder, pois a ANC impunha-se como expediente do sistema de poder para coordenar e dirigir a transição,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

formara-se um centro de poder que podia arrogar-se a condição de poder popular, independente, originário, soberano e constituinte. Dentro de uma República servida por uma ordem ilegal – e que, portanto, mantinha-se ditatorial, embora inclinada à tática da liberalização progressiva –, o choque entre os dois poderes configurava-se como inevitável. O “Planalto” manobrou rapidamente, no sentido de cortar as asas da ANC, e esta, por sua vez, não teve o valor de se impor coletivamente como poder constituinte (Fernandes, 1989, p. 157-158).

Uma consideração crítica em relação ao espaço de experiência⁷. Essa avaliação é recorrente nos escritos de Florestan Fernandes, notadamente naqueles publicados nos meios jornalísticos. Igualmente, encontramos tais posicionamentos em suas intervenções no plenário da Assembleia Constituinte, como, por exemplo, na sessão de 16 de dezembro de 1987: “Tem havido uma barragem de propaganda para iludir a opinião pública e mascarar os reais interesses de setores das classes dominantes que se comprometeram com a implantação da democracia, mas estão empenhados na restauração da ditadura” (Fernandes, Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 17 de dezembro de 1987, p. 6199). Esse empreendimento intelectual pode ser melhor compreendido a partir do texto *Os trabalhadores e a Constituição*, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 02 de fevereiro de 1987:

Os trabalhadores, como classe social, têm dois caminhos a percorrer simultaneamente. No plano imediato, derrotar essa conspiração⁸. Exercer sobre o Congresso Constituinte, uma fiscalização exemplar e insistente. No plano da longa duração, dos processos que nos conduzem ao futuro, os trabalhadores estão diante da opção coletiva fundamental. O que eles querem? Apenas impelir a História a parir uma “democracia pluralista”? Eles se divorciam de seu poder político real e desistem, sem lutas decisivas, de uma República democrática proletária e socialista? Presente e futuro estão entrelaçados. Enquanto as classes dominantes desenham esse entrelaçamento reacionariamente, os proletários da cidade e do campo não podem nem devem omitir-se na escolha da forma de sociedade que lhes assegurará liberdade com igualdade (Fernandes, 1989, p. 61-62).

Trata-se, por sua vez, de uma tática de denúncia, de combate ao movimento, à história em curso de uma transição outorgada ou imposta pelos grupos dominantes. Como assinala Michel de Certeau (1994, p. 100), “a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. [...] tática é movimento

⁷ Espaço de experiência e horizonte de expectativa se reportam a Reinhart Koselleck (2006).

⁸ No parágrafo anterior, ele expôs o que seria tal conspiração: “O que fazem o Governo e os poderosos? Reúnem-se para conspirar, pois é uma conspiração o que fazem, com toda a transparência, para defender o que aí está, do mandato sagrado de seis anos do ‘presidente Sarney’, ao pacto social, à democracia da plutocracia e do imperialismo etc.” (Fernandes, 1989, p. 61).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

‘dentro do campo de visão do inimigo’, e no espaço por ele controlado”. Essa ideia se mostra pertinente para observarmos as tomadas de posição de Florestan Fernandes. Tática utilizada tanto em publicações nos meios jornalísticos quanto na tribuna do parlamento. Tática como “[...] ação calculada [...] determinada pela ausência de um próprio” (Certeau, 1994, p. 100) é uma chave interpretativa desse deslocamento na trajetória de Florestan Fernandes que, após alguma resistência, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), a fim de integrar as fileiras dos parlamentares da Constituinte. Concerne-se a uma aposta na possibilidade de defender “uma República democrática com cheiro e sangue de Povo”, proposição de longa duração, além de uma visada de “fiscalização exemplar e insistente”, a fim de evitar que se fique “[...] à mercê de políticos profissionais na grossa maioria identificados, até às raízes dos cabelos, com o reacionarismo nacional e estrangeiro” (Fernandes, 1989, p. 62).

A ação do constituinte Florestan Fernandes era dupla: fazia tanto crítica às formas como se abordavam as pautas quanto apresentava suas interpretações em relação aos temas candentes do mundo social; ou, dito de outro modo, para além de integrar as trincheiras do parlamento e disputar no debate geral, atuava nas comissões e subcomissões com o propósito de assinalar a perspectiva dos trabalhadores na nova Constituição. Esse tipo de procedimento constitui a tática desse intelectual, inclusive, ele classificava de duas faces seus escritos e suas intervenções, como podemos observar na *Nota explicativa* do livro *Que tipo de República?*, redigida em 27 de maio de 1986.

Os escritos que logrei publicar possuem, por isso, duas faces. Uma negativa, de oposição frontal a essa situação histórica, reposta com toda a sua crueza em 1964, pela vitória da contra-revolução e a implantação da República institucional, um regime republicano ditatorial, dos opressores nacionais e estrangeiros para e pelos opressores nacionais e estrangeiros. A outra face é positiva. Põe em questão as condições e os meios existentes para colocar um ponto final nesse modo capitalista e imperialista de dominação dos de cima. Insiste no aparecimento de uma forma política de democracia na qual a maioria – não a “maioria eleitoral”; mas a maioria dos destituídos, oprimidos e excluídos – ganhe peso e voz na sociedade civil, presença ativa na participação e controle das estruturas do Estado, o caráter de uma força histórica decisiva na liquidação do nosso execrável antigo regime e na construção de uma nova sociedade (Fernandes, 2007, p. 24).

São intervenções de diagnóstico e prognóstico, que produzem uma explicitação dos espaços de experiência, mas também tratam do futuro presente, isto é, de um horizonte de expectativa. Estão contidas na experiência de engajamento desse personagem, como explicitou na *Nota explicativa* do livro *A ditadura em questão*: “Não sou sociólogo em busca da ‘neutralidade ética’, nem um socialista



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

à procura do que o capitalismo da era atual pode fazer ‘em favor da reforma social’, ou pelo menos, da correção dos problemas sociais mais graves da humanidade” (Fernandes, 1982, p. 02). Mais adiante, sublinhou seu lugar social: “Minha posição é polêmica. Coloco-me, porém, do lado que me parece guardar a verdade, como militante do pensamento socialista” (Fernandes, 1982, p. 04).

No livro *Nova República?*, o tom de denúncia é contundente, especialmente em decorrência da eleição indireta do governo do novo regime, assim como pela direção da composição política. São escritos do ano de 1985, cujo título do primeiro capítulo *Contra-revolução interrompida* é revelador de sua interpretação. Trata-se de alusão ao golpe de 1964 (contrarrevolução) em contraposição à revolução democrática das forças populares. A interrupção diz respeito ao contexto de transição à democracia. Na obra, afirma que:

[...] a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democratização *sui generis*, que sairia das entranhas do regime, como sangue do seu sangue. Os militares, desde Geisel e principalmente sob Figueiredo, sonharam com essa forma de “transição”, que convertia o Brasil em uma imensa bacia de Pilatos. Não era uma vitória da democracia, era uma nova derrota do republicanismo e um conchavo descarado, o que escorava a “transição lenta, gradual e segura” que fora arquitetada pela ditadura, mas que os militares e os seus aliados se mostraram impotentes para conquistar uma fase de declínio de sua autoridade e do seu poder (Fernandes, 1986, p. 19).

A transição expressava a interrupção do que Florestan Fernandes designou de contrarrevolução. Desintegrava-se a ditadura. Em suas palavras, “[...] a ditadura militar sofreu uma derrota, mas é uma derrota que se caracteriza pela autopreservação”. Isso ocorreu porque “as forças conservadoras descobriram, pelo movimento das diretas, que a inquietude social campeava mais solta e mais forte que em 1964” (Fernandes, 1986, p. 22). Disso decorre o avanço “[...] no sentido de *uma composição pelo alto*, respeitando o seu braço armado, já que, ‘em tempos de democracia’, ninguém sabe qual será a veneta do Povo...” (Fernandes, 1986, p. 22, grifo do autor).

A modulação dessa denúncia continua em suas sentenças: “No conjunto, as elites políticas fizeram o mínimo possível para erradicar a ordem ilegal implantada na ditadura” (Fernandes, 1986, p. 23); “Afinal, o pacto das elites consagrava um estilo de fazer política e garantia uma transição ‘equilibrada’, isto é, ‘sem anarquia’ e sem ‘desestabilização da ordem’” (Fernandes, 1986, p. 24); “[...] as classes dominantes perderam a confiança na ditadura, mas continuam a necessitar de um Estado semiditatorial, ou completamente ditatorial, para lidar com os descontentes, com as



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

inquietações sociais” (Fernandes, 1986, p. 26); “O essencial consistia (e ainda consiste) em impedir um *deslocamento de poder*, com acumulação de forças políticas acelerada das classes subalternas” (Fernandes, 1986, p. 27, grifo do autor).

Diante dessas constatações, Florestan Fernandes se indaga sobre as possibilidades históricas. Um aspecto relevante é que, no processo de transição, certa mudança é observada: “No lugar de uma ditadura unificada pelo fuzil contra-revolucionário, temos uma miríade de pequenas ditaduras, zelosas pela consolidação de absolutismos nanicos desarticulados entre si!” (Fernandes, 1986, p. 29). Nessa entonação, assinala que “desapareceu o elemento central que unificava ditatorialmente o poder político e permitia a centralização do poder político indireto das classes dominantes. Essa alteração parece ser a mais importante de todas” (Fernandes, 1986, p. 30); ou ainda, “isso significa que a fragmentação do poder estatal que está ocorrendo com certo ímpeto debilita o tope da sociedade e sua capacidade atual de controle e utilização do aparelho do Estado” (Fernandes, 1986, p. 31). Neste movimento, a história se mostrava aberta, pois “a democracia é uma realidade histórica a conquistar” (Fernandes, 1986, p. 30); “Portanto, se não existe uma democracia, há um caos fecundo, que tanto poderá favorecer o seu aparecimento e consolidação quanto poderá contribuir para uma regressão (hipótese menos provável)” (Fernandes, 1986, p. 31). A entonação de um futuro aberto povoa o fechamento do primeiro capítulo desse livro, como podemos perceber na citação abaixo:

É necessário arriscar-se, travar o combate democrático essencial, perder ou ultrapassar o medo. [...] A situação histórica alterou-se e os rumos da evolução política também, pois agora pode ser influenciada por todas as forças sociais contraditórias e pelo livre jogo da luta política. [...] Há um enlace dialético entre passado, presente e futuro; o futuro está embutido em nosso presente tanto como contra-revolução quanto como revolução (Fernandes, 1986, p. 31-32).

Suas intervenções continuam com essa dupla face. Tanto nos textos escritos para publicação na imprensa quanto nos discursos proferidos na Assembleia Constituinte se percebe a face negativa, isto é, oposição ao autoritarismo; igualmente, em ambos se nota a face positiva, qual seja, o indicativo das possibilidades de uma revolução democrática. No segundo capítulo do livro *Nova República?*, notadamente no item *Que democracia?*, expõe-se que “ela não é uma questão ‘abstrata’ ou ‘ideal’” (Fernandes, 1986, p. 50). Observam-se os limites da abertura democrática em curso no Brasil, além dos apontamentos para uma democracia social. Naquele momento, existia uma genérica



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

defesa da democracia. Porém, adverte este intelectual: “[...] todos podem desejar fortemente a democracia, mas pretendendo coisas distintas e contraditórias” (Fernandes, 1986, p. 50).

Observa-se o sentido de uma transição outorgada, pois “esse é o paradoxo daquilo que os ‘liberais’ e ‘conservadores’ chamaram de ‘Nova República’. Ela não é ‘nova’ nem é uma ‘república’” (Fernandes, 1986, p. 55). Trata-se, conforme Fernandes (1986, p. 56, grifo do autor), de “[...] uma *democracia restrita*, mais ou menos aberta ao jogo eleitoral, ao clientelismo e ao mandonismo”, cuja implicação é tanger “[...] os de baixo como se fossem (ou devessem ser) um rebanho de carneiros”. Todavia, o oposto dessa democracia restrita se mostrava como possibilidade histórica, pois a “[...] sociedade civil abriga as forças que se contrapõem a tal situação” (Fernandes, 1986, p. 57). Esse processo é designado de revolução democrática, que é “[...] uma realização que se desdobra, aos trancos e com oscilações fantásticas, a partir da *gentinha sem eira nem beira*, dos proletários e dos que se sentiram repelidos ou romperam moralmente com a cultura cívica de vitrine. Ela aparece inicialmente como um repúdio” (Fernandes, 1986, p. 58, grifo do autor).

Florestan Fernandes avança nessa definição, ao dizer que “é uma revolução que eclode dentro da ordem, mas que se aninha na parte excluída e ignorada dessa mesma ordem” (Fernandes, 1986, p. 58). De uma parte, “os de cima tentam domesticá-la, canalizá-la institucionalmente, enquadrá-la em uma República burguesa de democracia relativa ou de segurança nacional”. De outra parte, “os de baixo repelem o freio e o chicote. Para eles, a democracia é o avesso ou o contrário do que existe (e, por consequência, não é definível)” (Fernandes, 1986, p. 58). Nesta peleja, ganha sentido a estratégia⁹ de transição “lenta, gradual e segura”. Para Fernandes (1986, p. 58-59):

O que resulta é a complicação da revolução democrática. Ela terá de se descobrir, de crescer, de experimentar as traições da sedução da ordem e de vencer os obstáculos que a barricada de classe da burguesia, as artimanhas da sociedade civil e a hostilidade do Estado “autoritário” erguem à sua maturação. No conjunto, este jogo é mais arriscado que útil às classes burguesas. Uma revolução democrática confusamente presa às potencialidades de mudança dentro da ordem poderá transpor esse limite histórico e se converter inesperadamente em uma incontrolável revolução democrática contra a ordem.

Essa acepção de democracia não é “uma questão abstrata. *Ela é uma questão concreta e histórica*”; “a presente revolução democrática não vai do Estado para a sociedade civil. Vai desta

⁹ “[...] a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (Certeau, 1994, p. 101).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

para o Estado” (Fernandes, 1986, p. 59, grifo do autor), situação oposta da transição outorgada. É neste empreendimento que se envolve Florestan Fernandes ao filiar-se ao PT e ocupar taticamente os espaços da Assembleia Nacional Constituinte.

O título de seu livro *A constituição inacabada* dá o clima de seus posicionamentos no período da Constituinte, cujo conteúdo de seus escritos misturava as tonalidades do espaço dos possíveis e os limites do espaço de experiências. Percebe-se o espaço dos possíveis na projeção antes de assumir a vaga de constituinte: “Os que compartilhamos dessa fé jurada, tácita ou explícita, não vemos o mandato como uma obrigação negativa. Nada de impedir a revolução democrática” (Fernandes, 1989, p. 52). Já o espaço de experiência se mostra no texto *O produto final*, publicado na *Folha de S. Paulo* de 12 de setembro de 1988: “[...] seria ingenuidade esperar que [a Constituição] ultrapassasse os paradigmas da ‘democracia burguesa’ das nações periféricas, associadas às nações centrais e à sua superioridade” (Fernandes, 1989, p. 346). Não obstante, na conclusão desse texto, assinala duas rupturas da Constituição: “[...] extingue de imediato ou através de leis complementares, a ordem ilegal montada pela ditadura e mantida pela ‘Nova República’, que se serviu abundantemente de leis e decretos-leis discricionários e prolongou o arbítrio do regime anterior”. Além disso, “[...] essa constituição colcha de retalhos contém dentro de si tanto a reprodução do passado quanto a reconstrução da sociedade civil, concebida por ser mais aberta e democrática” (Fernandes, 1989, p. 349). Finaliza seu artigo com apontamento do dilema para os radicais, socialistas e comunistas:

Ele [o dilema] se apresenta no desafio de aproveitar o espaço político das classes trabalhadoras para seus próprios objetivos: erigir uma República na qual a democracia burguesa não possa impedir a existência e o fortalecimento do poder popular; a negação e a superação da supremacia burguesa; a organização de uma sociedade nova. A Constituição não é um fim em si e por si. Ela é um meio. Os de baixo devem fazer como os de cima – resolver na luta direta como utilizar produtivamente os dispositivos da carta constitucional e promover a sua substituição assim que se comprove que ela só serve para a lata do lixo da História (Fernandes, 1989, p. 349).

Este item buscou dar visibilidade aos posicionamentos de Florestan Fernandes em relação à ditadura, notadamente às suas avaliações concernentes ao período de transição, restando ao item seguinte uma incursão em seus empreendimentos em torno da educação pública.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

3. “A democratização do ensino público está na raiz da revolução democrática no Brasil”

A educação foi pauta recorrente nos escritos e nas intervenções de Florestan Fernandes, aspecto bastante explorado em pesquisas acadêmicas¹⁰. Pelo exposto, privilegia-se uma visada ao lugar da educação na trajetória desse personagem, no contexto de transição democrática, remetendo à ideia-força que se observa no discurso intitulado *Relevância da próxima votação da matéria constante do Título VIII do Projeto de Constituição, em particular no que concerne à educação*, pronunciado em sessão da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 16 de maio de 1988. A conclusão de sua fala é um manifesto, sendo uma parte utilizada no título deste item do artigo: “Não pode haver democracia sem democratização do ensino, e a democratização do ensino público está na raiz da revolução democrática no Brasil” (Fernandes, Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 17 de maio de 1988, p. 10394).

Enfatiza-se aqui, portanto, escritos de Florestan Fernandes do período de transição que se reportam à educação e à democracia, ou à educação como antídoto à ditadura. Ou melhor, aos embates pela educação pública tanto para se posicionar perante “[...] as entidades representativas do ensino privado” (Fernandes, 1989, p. 120) quanto para afirmar que a “[...] escola pública, gratuita, de alta qualidade é um requisito fundamental para a existência da democracia” (Fernandes, 2020, p. 45). Observa-se o movimento duplo, tal como visto no item anterior, ao se tratar do problema da transição democrática.

Ao mencionar as atividades da Assembleia Constituinte, a visão geral é de prevalência dos grupos denominados de conservadores por Florestan Fernandes. Esse movimento é percebido nos debates em torno da educação, notadamente na comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação¹¹:

Os 36 “conservadores” compeliram os 27 “progressistas” a travar uma luta política ingrata e inglória, que deslustra a Assembleia Nacional Constituinte. Reeditou-se, com todo o vigor, o anti-republicanismo dos defensores das escolas privadas, que

¹⁰ Importante assinalar que não se pretende sistematizar algo como o pensamento educacional de Florestan Fernandes. Há pesquisas que retratam o problema da educação na trajetória deste intelectual. Notadamente do período posterior aos anos 1980, sugere-se consultar a dissertação de Julio Okumura (2019), os artigos de Julio Okumura e Henrique Novaes (2023), Fabiana Rodrigues (2022), Roberto Leher (2012), Dermeval Saviani (1996), além do livro organizado por Osmar Fávero (2005).

¹¹ A Assembleia Constituinte tinha as seguintes etapas de trabalho: 1) preliminar; 2) subcomissões temáticas; 3) comissões temáticas; 4) comissão de sistematização; 5) plenário; 6) comissão de redação; 7) epílogo (promulgação).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

tornou a colocar na mesma trincheira o mercantilismo da indústria do ensino e o farisaísmo das escolas confessionais católicas (Fernandes, 1989, p. 132).

A crítica desse intelectual consiste que a ditadura militar elevou o processo de privatização da educação, mudando a direção do que acontecia nos anos 1950 no Brasil, que era a defesa e a expansão da educação pública. Ou seja, os posicionamentos dos integrantes da comissão, da qual fazia parte a educação, reatualizavam as forças que se fortaleceram na ditadura militar. Esta situação já havia sido exposta na *II Conferência de Educação*, ocorrida em Belo Horizonte no ano de 1982, com publicação do texto sob o título *O novo ponto de partida*, no livro *O desafio educacional*. Primeiro, diz Florestan Fernandes (2020, p. 34), “o que havia, em processo de consolidação, na construção de centros de ensino, de pesquisa e de aplicação, foi sutilmente desbaratado e submetido a um eficaz controle externo seletivo”. Para além disso, assevera este autor: “[...] a educação sofreu outras transformações paralelas, decretadas pelos acólitos da contrarrevolução no seio das instituições educacionais” (Fernandes, 2020, p. 35). A caracterização da herança ditatorial no âmbito da educação pode ser observada na longa, mas necessária citação abaixo:

No momento mesmo em que estas instituições [educacionais] estavam prestes a ganhar novas estruturas e novas funções democráticas, pela pressão dos setores mais avançados da sociedade brasileira, a contrarrevolução e a ditadura introduziram tempos históricos regressivos nas normas, valores e princípios de organização das instituições educacionais. Os que combatiam pela renovação e acreditavam no processo de mudança educacional progressiva viram-se ameaçados por um processo novo de revitalização do mandonismo, do tradicionalismo e do conservantismo. Sob a capa do “planejamento educacional”, da “administração racional” e da “privatização democrática”, assistiu-se a uma pavorosa destruição do sistema oficial de ensino, a introdução de técnicas verticalistas de imposição de decisões e à fascistização dos procedimentos de atribuição e execução dos papéis sociais nas instituições educacionais (Fernandes, 2020, p. 35-36).

Essa interpretação de Florestan Fernandes estava conectada com a questão do capitalismo dependente, isto é, aos interesses das grandes potências internacionais e à ausência de uma burguesia nacional capaz de promover uma “revolução dentro da ordem”. Conforme Marcos Oliveira (2005, p. 162), “sob o capitalismo dependente, ela [burguesia brasileira] não é capaz de criar sozinha uma alternativa de desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado, mas é forte o suficiente para oprimir o proletariado pelo alto grau de consciência e articulação que possui”. Neste aspecto, um regime autoritário intensifica os processos de imposição e cria uma distância ainda maior do que ele chamava de cultura cívica. Nos termos de Florestan Fernandes (2019, p. 53), “[...] sem nenhuma



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

mágica, o Estado de exceção brota do Estado democrático, em que está embutido. Quando as relações autoritárias se exacerbam, a estrutura ganha saliência, o que é mais profundo vem à tona e revela a face burguesa da imposição da autoridade”.

Paralelamente a esse diagnóstico, Florestan Fernandes trata do futuro presente, isto é, do horizonte de expectativa. Diz ele: “temos de pensar neste último quartel do século XX como uma época de oportunidades inesperadas, que as classes trabalhadoras abrem à nação como um todo” (Fernandes, 2020, p. 38). Essas oportunidades estão associadas ao par democratização da sociedade - democratização da educação: “ao se falar em ‘perspectivas de democratização na sociedade’, é preciso pensar-se, primeiro e acima de tudo, na educação que as classes trabalhadoras urbanas e rurais devem receber” (Fernandes, 2020, p. 38). Historicamente, como sustenta este intelectual, as classes trabalhadoras vivem uma situação ambivalente, pois integram as estruturas morfológicas da sociedade civil, no entanto, são destituídas de força política. A crise da ditadura militar, na leitura de Florestan Fernandes (2020, p. 38), indicava a própria possibilidade de alteração dessa situação, pois “os últimos quatro ou cinco anos [texto de 1982] mostraram que as classes trabalhadoras procuram avançar decidida e firmemente no sentido de conquistar peso e voz”; ou ainda, “[...] de acabar com a tradição da ‘paz social’ imposta unilateralmente de cima para baixo e de ultrapassar sua pseudo ‘apatia social’ e ‘passividade política’”.

Esse otimismo da vontade está contido em sua fala na *II Conferência Nacional da Educação*, de 1982. Tratava-se tanto de manifestação de sua posição intelectual quanto de sua luta pública pela mobilização da sociedade civil. Neste movimento, ele assinala: “A história do século XXI está começando agora, aos nossos olhos, pelas mãos calosas dos operários e dos trabalhadores agrícolas” (Fernandes, 2020, p. 38). Para ele, esses trabalhadores “[...] estão deslocando a base social da República – levando inicialmente a República Institucional [ditadura] à falência e, em seguida, fazendo-nos aproximar, pela primeira vez, de uma experiência coletiva autenticamente republicana e democrática” (Fernandes, 2020, p. 38). A possibilidade histórica de uma democracia estava posta, pois a organização de movimentos sociais e partidos políticos indicava isso. Ao mesmo tempo, esse ambiente externo deveria integrar as mudanças educacionais, pois, para Fernandes (2020, p. 33-34): “[...] educação e democratização da sociedade são entidades reais e processos concretos interdependentes – um não se transforma nem pode transformar-se sem o outro”; ou mais: “ambos



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

se determinam reciprocamente e qualquer política educacional ‘democrática’ teria de levar em conta essa totalidade histórica dinâmica e criadora”.

Apresenta-se aqui a ideia de mudança social, um conceito importante no pensamento de Florestan Fernandes, assumindo um sentido heurístico para explicar “[...] os processos que ocorreram de fato ou se encontram em curso, tanto em termos progressivos quanto regressivos”, assim como para explicitar o que “[...] estaria enraizado nas expectativas de Florestan em relação ao futuro” (Chinelli, 2005, p. 64). Na avaliação deste intelectual, estava em curso uma mudança social progressiva simbolizada no que denominava de operários, trabalhadores agrícolas, homem pobre ou oprimido.

Hoje, não se trata mais, concretamente, de colocar o cidadão no eixo da reflexão pedagógica transformadora. O que é necessário fazer para dar uma resposta criativa e um apoio decidido à regeneração da sociedade civil, provocada primordialmente pelas classes trabalhadoras em seu movimento orgânico e espontâneo, consiste em tomar como eixo da reflexão e da ação pedagógicas a revolução social que está se desencadeando, a qual põe o *operário*, o *trabalhador agrícola* e *homem pobre* – em síntese, os *oprimidos* – como o sujeito principal do processo educativo (Fernandes, 2020, p. 39, grifo do autor).

A mudança social requer igualmente uma mudança educacional. Esse processo é denominado de “revolução dentro da ordem”, isto é, “nessas condições, é preciso despertar a consciência social para reformas que abram um espaço democrático nas relações sociais e de descobrir e defender até mesmo métodos que exijam ‘soluções burguesas’ provisórias, mas que abram caminhos para a democracia da maioria, na qual se deseja conjugar liberdade e igualdade” (Oliveira, 2005, p. 164). É nesse contexto que Florestan Fernandes entendia a mudança social, uma força capaz de impulsionar as possibilidades de sua atuação na Assembleia Constituinte, seja para defender o conjunto de reformas sociais ou as mudanças educacionais, pois “[...] as tarefas históricas não cumpridas [pela burguesia nacional] são transferidas para as classes subalternas” (Oliveira, 2005, p. 163). Assim, ele entendia uma Assembleia Constituinte popular, cuja tática consistiu em estabelecer uma conexão entre representantes da Constituinte e demandas de iniciativa popular. Para este intelectual, conforme explicita em seu artigo *O uso da iniciativa popular*, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 03 de abril de 1987, “a iniciativa popular desmistifica a representação em sentido liberal e força o parlamentar a sair de sua pele” (Fernandes, 1989, p. 77). Um avanço, uma vez que “quebra pelo menos o teor imobilista e ritual de um entendimento enviesado do mandato, que



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

confere ao parlamentar a facilidade de confundir a sua voz e o seu querer com a voz do Povo e os interesses dos representados, em regra esquecidos ‘até as próximas eleições’” (Fernandes, 1989, p. 77). Todavia, ainda não consistia em “revolução contra a ordem”:

Não se trata, ainda, de “os de baixo ditam as suas leis”. Seria utópico sonhar com isto na presente situação histórica e no plano parlamentar. Trata-se, bem compreendidas as coisas, de que os de baixo possuem um espaço próprio no processo constituinte e, portanto, a nova Constituição deve refletir todas as classes, toda a Nação, servindo como um novo ponto de partida para o expurgo da República e a universalização dos direitos e liberdades civis fundamentais (Fernandes, 1989, p. 79).

A tática de Florestan Fernandes é sua atuação parlamentar, seja intervindo nas sessões plenárias, seja nas comissões e subcomissões, além de articulista na imprensa. No entendimento de Marcos Oliveira (2005, p. 163), “[...] a arena parlamentar é mais um espaço a ser ocupado pelo movimento operário e pelos setores radicais da burguesia para suprimir as pressões contrarrevolucionárias postas pela ordem social vigente que impedem a implementação das ‘revoluções dentro da ordem’”. A exacerbação dessa possibilidade popular no contexto da Assembleia Constituinte é fundamental para Florestan Fernandes, pois “[...] é necessário que as massas populares cerquem o Congresso, penetrem dentro dele e se revelem através de seu corpo vivo, demonstrando que a Nação não pode continuar acorrentada ao passado remoto ou recente e a formas de dominação que a reduzem a uma colônia disfarçada” (Fernandes, 1989, p. 78). Como sublinha Marcos Oliveira (2005, p. 163-164), a luta democrática “é o requisito *sine qua non* de qualquer alteração estrutural. Um dos grandes desafios para a prolongação dessa luta política está em desmontar o ‘horizonte intelectual burguês’ que se fortalece, principalmente por meio da escola”. Aqui residiria o que Florestan Fernandes denominava de “revolução contra a ordem”. A tática consistia em uma “revolução dentro da ordem” para uma “revolução contra a ordem”, contida na noção de “revolução permanente” que englobava tanto a reforma quanto a revolução.

Esse clima deveria conduzir as reformas sociais, inclusive a educacional. Dizia Florestan Fernandes (2020, p. 39), “o sujeito negado, esquecido e excluído impõe-se, agora, por sua própria presença na sociedade civil e por sua própria força coletiva de classe, como o alfa e o ômega da educação”. No texto de 1982, o horizonte de expectativa ganha tom contundente, pois finaliza sua conferência mencionando “novo patamar histórico”, “esperanças que pareciam mortas renascem



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

mais viçosas e com outro vigor” (Fernandes, 2020, p. 40). O final é uma convocação aos educadores presentes na *II Conferência Nacional da Educação*:

Os educadores não podem recuar e se omitir diante das tarefas teóricas e práticas, que eles próprios terão que desvendar, coordenar e converter em fatos concretos, através de sua ação construtiva, inteligente e coletiva. O avanço silencioso dos que eram antes os *condenados da Terra* e passaram a ser os *perseguidos do sistema* abre oportunidades novas para todos. Não podemos ficar indiferentes, aguardando passivamente a decisão dos embates. Temos de avançar com ânimo firme e decidido para libertar a educação e o Brasil das fortalezas do privilégio, do atraso e da opressão (Fernandes, 2020, p. 41, grifo do autor).

Em sessão plenária de 13 de agosto de 1987, sua intervenção foi precisa em defesa da educação. Esse discurso é intitulado *A reforma educacional* e se encontra no livro *O desafio educacional*. Frente aos mais diversos objetivos que interessavam aos constituintes, Florestan Fernandes (2020, p. 197) inicia dizendo que “a educação, quase sempre, é escamoteada, e eu teria a coragem de dizer aqui que ela é o problema mais grave do Brasil”. Ele combate colegas que atribuem um valor secundário à educação: “quando se vive numa sociedade democrática, é importante que a educação esteja ao alcance da maioria, daqueles que são os oprimidos, que são os excluídos, os explorados” (Fernandes, 2020, p. 198).

Ele avança em sua argumentação para ressaltar a necessidade de igualdade de acesso e de permanência: “A escola não retém o estudante, mas o expulsa. Por quê? Porque ele tem de trabalhar. Não pode ficar em uma escola que não lhe dê comida, assistência, que não seja fator de correção das desigualdades econômicas, sociais e culturais” (Fernandes, 2020, p. 200). A encruzilhada está posta, pois “estamos tentando elaborar uma Constituição democrática, com iniciativa popular, na tentativa de construir uma nova sociedade no país” (Fernandes, 2020, p. 205), na qual se estabelecerá “um sistema de ensino comum. Um sistema de ensino em que pobres e ricos sejam postos na mesma situação” (Fernandes, 2020, p. 206). Está em causa o fim do privilégio, “de modo que toda a massa pobre da população tenha acesso ao sistema de ensino”. Tratava-se de “uma revolução no topo”, sendo a principal a “garantia da igualdade de oportunidades educacionais – garantia de fato, não em termos de retórica”. Na ocasião, reiterou que “a recente ditadura militar reforçou os princípios que conferiam prioridade à preponderância do ensino privado sobre o ensino público” (Fernandes, 2020, p. 206), situação que impede a democratização social e educacional. Apesar disso, aponta para o espaço do possível: “A educação popular e a reforma radical da educação estão vivas e constituem



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

uma alavanca na relação dos trabalhadores e dos oprimidos com a transformação da sociedade brasileira. Por isso, o ensino público crescerá com a democracia. Os dois são interdependentes” (Fernandes, 2020 p. 214).

Não há democracia sem educação pública, assim como não há educação pública sem democracia. Entretanto, aqui, democracia tem um alcance muito mais amplo e profundo do que a democracia liberal ou que da própria social-democracia. Trata-se de uma democracia social e política, isto é, “a democracia não é um valor em si, não se resume à criação de condições políticas, econômicas, sociais e culturais. Para garantir sua existência, seria preciso dar um passo à frente, criando canais de participação popular” (Heckert, 2005, p. 112), tal como Fernandes vislumbrava no papel das iniciativas populares na Assembleia Constituinte. Essa experiência de participação popular deveria estar contida na vivência educacional, no espaço escolar, na sala de aula, em que estudantes, educadores e comunidade possam se tornar sujeitos, equivalente ao que ele denominou de terceira prioridade pedagógica básica: “[...] é urgente que assumamos o caminho da nossa autoemancipação pedagógica em escala nacional. Por várias vezes ocorreram tentativas de autonomizar as teorias e práticas pedagógicas entre nós. Essas tentativas sempre acabaram sufocadas, a partir de fora e a partir de dentro” (Fernandes, 2020, p. 212).

Esse mote acompanha as intervenções deste intelectual na Assembleia Constituinte e nos escritos jornalísticos. Nas diferentes instâncias da Assembleia Constituinte, Florestan Fernandes defendeu seu posicionamento em consonância com manifestações de diversas entidades educacionais de que os recursos públicos deveriam ser destinados exclusivamente às escolas públicas. No entanto, ele foi derrotado nessa pauta, mantendo-se a redação de que tais recursos seriam prioritariamente destinados às escolas públicas, mas não exclusivamente. O embate ocorreu em torno da noção de pluralismo educacional, aspecto consentido por Florestan Fernandes, pois a liberdade de escolas particulares deveria persistir, mas sem contar com financiamento público. “É necessário que se respeite o princípio do pluralismo educacional. Mas dele não decorre que caiba ao Estado o mecenato do financiamento do ensino privado, leigo e confessional” (Fernandes, 2020, p. 44). Aqui, estava mantida a força conservadora que avançou na ditadura militar, isto é, a privatização da educação no Brasil. Ao fundamentar sua emenda que previa verba pública para a escola pública, Fernandes asseverava que “ao Estado democrático cabe, como disseram os pioneiros da Escola Nova, como defendem todos os educadores modernos, a democratização do ensino”. Ou melhor,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

“colocar o ensino ao alcance do estudante pobre e, se necessário, ajudar esse estudante pobre a manter-se na escola pública e gratuita” (Fernandes, 2020, p. 44-45).

Não se tratava apenas de democratização de acesso ao ensino fundamental, como propalava a ditadura militar. Ao contrário, democratização de acesso e permanência em todos os níveis de ensino. Na avaliação deste intelectual, a educação pública e gratuita era uma premissa para a democratização do ensino e para revolução democrática em outras instâncias da sociedade. No calor das discussões e das disputas, assinalava: “Não se pode compreender esta Constituição, em 1988, voltando a um debate do início deste século, voltando ao substitutivo de Carlos Lacerda [anos 1950] e, principalmente, combatendo uma filosofia democrática da Educação” (Fernandes, 2020, p. 45). Essa foi a última intervenção de Florestan Fernandes, antes de ver sua emenda ser derrotada. As disputas estavam em curso, seja no âmbito geral da sociedade civil, seja na agenda educacional. Sua ação parlamentar estava vinculada a duas premissas indicadas no início de sua exposição na *II Conferência Nacional de Educação*, em 1982: de um lado, “a transformação da Educação depende, naturalmente, de uma transformação global e profunda da sociedade”; de outro lado, “a própria Educação funciona como um dos fatores de democratização da sociedade e o sentido de qualquer ‘política educacional democrática’ tem em vista determinadas transformações essenciais da sociedade” (Fernandes, 2020, p. 33).

Seu posicionamento continua depois de promulgada a Constituição, ao retomar sua crítica ao processo de transição à democracia, como podemos observar em depoimento no programa *Memória Viva da Educação*, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 12 de abril de 1989: “Tenho atacado muito esta nova República, porque ela é um prolongamento da ditadura militar”. Ao mesmo tempo, ele se mostrava atento ao espaço do possível: “[...] estou aqui para sustentar as minhas ideias, o que mostra quão poderosa é a História” (Fernandes, 2020, p. 331). Ele passa a mirar as possibilidades na reforma educacional, pois dizia que “[...] a nossa Constituição é uma Constituição inacabada”, isto é, abrindo uma disputa entre “quem pode controlar as estruturas de poder, o sistema de poder e usar a Constituição como um elemento de transformação da ordem” (Fernandes, 2020, p. 348). Ainda estava aberta a possibilidade de uma mudança social e educacional, agora, devendo-se ocorrer nas disputas em torno da nova lei da educação: “A Lei de Diretrizes e Bases, para ter sentido, precisa desfocar-se do topo, ela precisa focar-se na base da sociedade. De



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

outro lado, ela não deve centralizar o poder de decisão em cima, ela não deve centralizar o poder de decisão” (Fernandes, 2020, p. 349).

Esse princípio tinha relação com o entendimento de escola, pois “o elemento central da educação está na escola e, dentro da escola, na sala de aula. O processo educacional se desenrola dentro da escola” (Fernandes, 2020, p. 350-351). Em alusão a Paulo Freire, que falava de libertação dos oprimidos, ele se refere “[...] à incorporação dos oprimidos”. Esse movimento estaria contido no que chama de pedagogia democrática, “democrática porque dá a todos oportunidades iguais diante da educação escolarizada”, cujo fim seria “a criação de uma sociedade nova, na qual imperem igualdade social com liberdade política” (Fernandes, 2020, p. 363-364). Este é o sentido tanto da premissa que “não pode haver democracia sem democratização do ensino” quanto da assertiva que “escola pública, gratuita, de alta qualidade é um requisito fundamental para a existência da democracia”, que integraram o engajamento intelectual de Florestan Fernandes, no interior do campo político do período abordado neste artigo.

4. Considerações finais

A chamada do dossiê *O Golpe de 1964 e a Educação* nos estimulou a escrever este texto, cuja finalidade foi explicitar as tomadas de posição deste intelectual em relação à transição da ditadura à democracia. A análise seguiu as pegadas de Florestan Fernandes, que, nos anos 1980, integrou diretamente as fileiras do debate público tanto ao se tornar deputado da Constituinte quanto ao intensificar sua atuação de articulista na imprensa. Pretendeu-se, por sua vez, expor os posicionamentos deste personagem no contexto de transição à democracia, um processo conduzido pelas elites políticas que estavam associadas, sobremaneira, à própria implantação da ditadura em 1964. Todavia, a preocupação foi dar visibilidade às forças contrárias a essa elite dominante, seja trazendo as denúncias expostas pelo sociólogo-constituente, seja apresentando suas intervenções em vistas da criação de uma nova sociedade e de um novo projeto educacional.

O contexto de transição pela transação, ou transição outorgada, caracterizou-se por um processo gradualista, controlado pelas elites políticas compostas por personagens castrenses, atores do partido de base da ditadura militar, mas que, no processo de distensão e abertura, procuraram estabelecer algum tipo de conciliação com lideranças consideradas moderadas, mas sem deixar de



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

impor os limites e as direções do movimento. Havia uma movimentação orquestrada por essas elites para excluir os grupos populares do processo de transição democrática no Brasil.

No momento de distensão (1974-1977), as elites políticas dos partidos de esquerda foram excluídas. No entanto, na abertura (1979-1985), com a anistia e o fim da clandestinidade do Partido Comunista e a criação do PT, lideranças dessas agremiações concorreram às eleições e passaram a ser atores no interior do campo político. No período de redemocratização (1985-1988), houve forte investimento de partidos de esquerda, especialmente do PT, para arregimentar líderes sindicais e intelectuais (como Florestan Fernandes) para concorrer às eleições da Assembleia Constituinte. No processo da Constituinte, as lideranças de esquerda travaram intensos debates, formando fileiras de críticas, mas também estabelecendo táticas para inserção de pautas que consideravam importantes. É nesse cenário que se inscreveu este estudo de Florestan Fernandes, cujo objetivo central foi mostrar outra acepção de transição democrática em curso tanto nos seus escritos jornalísticos quanto nas suas intervenções na tribuna do parlamento.

Trata-se de um texto que buscou trazer o posicionamento deste personagem que figurava em outra posição em relação às elites políticas. Concerniu-se incluir Florestan Fernandes no contexto da transição, privilegiando alguns escritos anteriores à sua inserção ao campo político (filiação ao PT) e escritos do período de sua atuação parlamentar. Almejou-se analisar as tomadas de posição de Florestan Fernandes no período da Constituinte, a fim de acompanhar a atuação parlamentar para problematizar sua percepção em relação ao espaço de experiência e ao horizonte de expectativa, especialmente no que se refere à defesa da “democratização do ensino público” e da “revolução democrática”.

Fontes

FERNANDES, Florestan. *In*: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Discursos e Notas Taquigráficas. 1987-1995.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de república?** São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Nova república?** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

FERNANDES, Florestan. **A constituição inacabada:** vias históricas e significados políticos. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A transição prolongada:** o período pós-constitucional. São Paulo: Cortez, 1990.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte:** leituras para a reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Movimento Socialista e Partidos Políticos.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação:** o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006.

Referências

BORGES NETTO, Mario. **A centralidade da educação na obra do intelectual Florestan Fernandes (1954-1964).** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2016.

CAMPOS, Névio de. Pierre Bourdieu e a questão dos intelectuais. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-18, 2022.

CAMPOS, Névio de. História intelectual e história cultural: um recorte em Roger Chartier. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 16, p. 94-122, 2015.

CANDIDO, Antonio. **Florestan Fernandes.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. Fundação Perseu Abramo. Introdução. *In*: FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte:** leituras para a reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014. p. 9-11.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHINELLI, Filippina. Florestan Fernandes: educação e compromisso com a mudança. *In*: FÁVERO, Osmar (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005. p. 55-77.

DE SAINT-MARTIN, Monique. A propos d'une rencontre entre chercheurs. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 71 72, p. 129-134, mars 1988.

DE SAINT-MARTIN, Monique. A propósito de um encontro entre pesquisadores: ciências sociais e política no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 21, n. 50, p. 162-173, jan./abr. 2022.

FÁVERO, Osmar (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005.

FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 231-243, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. *In*: FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 11-24.

HECKERT, Ana Lucia. Florestan Fernandes e a década de 1980. *In*: FÁVERO, Osmar (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005. p. 109-118.

IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da Educação Pública. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, out.-dez. 2012.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. **Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MONTEIRO, Tiago Francisco. **Transições e trajetórias: um estudo comparativo das elites políticas nas transições políticas da Argentina, Brasil e Chile (1974-1990)**. 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: "O golpe de 1964 e a educação"

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

MOTA, Carlos Guilherme. Florestan Fernandes: Memory and Utopia. In: PRATT, Mary Lou (org.). **A Revisionary History of Brazilian Literature and Culture**. Massachusetts: Spring/Fall, 2001. p. 377-384.

OKUMURA, Julio Hideyshi; NOVAES, Henrique Tahan. Florestan na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988): propostas e pensamento educacional. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. 1-18, 2023.

OKUMURA, Julio Hideyshi. **Florestan Fernandes na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)**: debates, propostas e pensamento educacional. 2019 (Dissertação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília, Marília, SP, 2019.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. O articulista Florestan Fernandes: democracia e educação em tempos de neoliberalismo. In: FÁVERO, Osmar (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005. p. 149-200.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Florestan Fernandes e a educação pública na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). **Pro-Posições**, v. 33, p. 1-26, 2022.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **Entre a academia e o partido**: a obra de Florestan Fernandes (1969-1983). 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SAPIRO, Gisèle. **Les écrivains et la politique en France**: De l'affaire Dreyfus à la guerre d'Algérie. Paris: Seuil, 2018.

SAPIRO, Gisèle. **Os escritores e a política na França**: do Caso Dreyfus à Guerra da Argélia. Tradução de Nívio de Campos. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2024.

SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a educação. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 26, p. 71-87, 1996.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. **Dados**, v. 29, n. 2, p. 207-236, 1986a.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transitions Through Transaction: Democratization in Brazil and Spain. In: SELCHER, Wayne A. (ed.). **Political liberalization in Brazil**: Dynamics, dilemmas and prospects. Boulder: Westview Press, 1986b. p. 175-216.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transitions Through Transaction: Democratization in Brazil and Spain. In: SELCHER, Wayne A. (ed.). **Political liberalization in Brazil**: Dynamics, dilemmas and prospects. London; New York: Routledge, 2019. p. 175-215.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes**: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.

Recebido em junho de 2024.

Aprovado em agosto de 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 245-269, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263306>